

Carta dos Servidores da Funai no cargo de Agente em Indigenismo às entidades:

Indigenistas Associados - INA

Associação Nacional dos Servidores da FUNAI - ANSEF

Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal no Distrito Federal - SINDSEP-DF

União Independente dos Indigenistas de Grupos Isolados e de Recente Contato - UNIINDS

Fundação Nacional dos Povos Indígenas - FUNAI

Grupo de Trabalho para o Plano de Carreira Indigenista e Plano Especial de Cargos da FUNAI

Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal - CONDSEF-DF

E demais Agentes em Indigenismo

Prezad@s colegas,

Nós, servidores da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, ocupantes do cargo de Agente em Indigenismo, vimos através deste documento realizar apontamentos e organizar demandas de classe a serem observadas e avaliadas no âmbito da Proposta do Plano de Carreira Indigenista e Plano Especial de Cargos da Funai. Salientamos que somente muito recentemente tivemos acesso às informações e os moldes do que se propõe a formalização de proposta de Plano de Carreira Indigenista, formulada no âmbito do Grupo de Trabalho criado pela Portaria nº 416/2018 de 23 de março de 2018.

Primeiramente, importante destacar o reconhecimento do esforço realizado pelos servidores membros do referido GT, os quais realizaram trabalho louvável na condução e criação da proposta do PCI em curto espaço de tempo e desprovido de modelos a serem seguidos, tendo em conta as particularidades e complexidades da carreira indigenista. Mesmo com todo o esforço, infelizmente a proposta na época de sua elaboração não obteve apoio e força para seguir adiante e permaneceu arquivada sem alcançar os resultados pretendidos.

Lembramos, contudo, que ao tempo da construção da referida proposta críticas foram construídas sobre o seu conteúdo, haja vista que a mesma não contemplava as especificidades de todas as carreiras criadas no âmbito do

concurso de 2010. Todavia, como a Proposta não seguiu adiante, as críticas e quaisquer propostas de adequação se arrefeceram e a própria proposta ficou dormente sem discussão desde então.

Entendemos que naquele período de construção da proposta, não houve tempo ou organização suficientes para que houvesse ampla divulgação e debates no âmbito da Funai, impossibilitando a absorção de todas as propostas e sua implementação quando possível e/ou cabível. Contudo, consideramos justificável tal procedimento dado contexto governamental e o tempo exíguo que foi oferecido para apresentação de proposta.

No entanto, quatro anos depois, foram empreendidos esforços para a recondução daquela mesma proposta do GT de 2018 para apreciação em razão do atual contexto político, justificando o apressamento em razão do exíguo prazo para inclusão do plano na LOA, no PPA e apreciação pelo Ministério da Justiça, urgindo realizar adequações que contemplem as críticas formuladas no momento pretérito de construção desta proposta.

Como classe, consolidamos o entendimento de que as dificuldades encontradas em 2018, quando da construção da proposta de PCI por Grupo Técnico constituído, não podem prevalecer e persistir, sob pena de alijar da construção deste importante instrumento funcional, inteira carreira.

É necessária a divulgação e abertura de diálogo entre o GT e as carreiras existentes no órgão, não só Auxiliares em Indigenismo, Agentes em Indigenismo e Indigenistas Especializados, mas todas aquelas que ainda persistem nas pessoas de servidores que contribuíram e contribuem para a formação, construção e execução da política indigenista brasileira.

Neste espeque, informamos que os Agentes em Indigenismo em exercício da FUNAI se organizaram em quórum superior à maioria absoluta da classe, quórum esse que continua crescendo, com intuito de formalizar a necessidade de sermos ouvidos e participar ativamente na condução e elaboração do Plano de Carreira Indigenista, de forma participativa e democrática.

Esclarecemos que nestes últimos dias nós, Agentes em Indigenismo, reunidos pela primeira vez como classe, com o intuito de avaliar e diagnosticar as demandas, a clareza e a publicidade da Proposta de Plano de Carreira, buscando entender como ela se daria para nossa classe e de que forma nos sentimos melhor contemplados, buscando consolidar nossas críticas e propostas para melhor contribuir neste processo de (re)afirmação e (re)construção de nossa identidade funcional indigenista, tão conhecidamente singular dentro da Administração Pública.

Esclarecemos também que, embora o GT tenha sido composto de forma plural, incluindo servidores dos níveis fundamental, médio e superior, é consenso entre nós de que a ausência de um canal eficiente de diálogo destes com seus pares fez com que a proposta final não se traduzisse de maneira capaz de responder aos anseios das carreiras representadas por aqueles.

Nós acreditamos e ecoamos na voz de diversos companheiros de lutas diárias no entendimento de que existe uma só Funai para todos os servidores, independente das carreiras e cargos que ocupamos. Talvez por isso não havíamos nos organizado anteriormente em uma voz que soasse uníssona e permitisse com mais facilidade ter nossos anseios ouvidos. Todavia hoje vemos a necessidade de pensar como classe, para poder contribuir com o futuro da nossa instituição.

Isto posto, hoje somos um grupo de Agentes em Indigenismo, mas que segue em busca de atingir todos os demais servidores, para ouvir a voz de todos em busca de contribuir para que a Proposta de Plano de Carreira prossiga de uma melhor forma, sem criar divisões ou quaisquer cisões dentro da nossa Fundação. Assim, vimos apresentar propostas que entendemos melhor contemplarem as nossas especificidades.

Firmamos posicionamento de que todos os servidores devem ser valorizados dentro da Funai, que as especificidades que existem dentro deste órgão diferem em muito das especificidades que existem em outros órgãos da Administração Pública e que, apesar de uma comparação crua com cargos e salários de mesmo nível em outros órgãos possa ser um método objetivo e mais ilustrativo para entidades externas, não é um parâmetro adequado para a Funai.

Sabemos que há diferenças gritantes entre o que os servidores de determinado nível fazem na Funai com as atividades desenvolvidas pelos mesmos níveis em outros órgãos. Auxiliares não estão limitados a servir café, efetuar limpeza de ambientes ou outras atividades que são assim consideradas de menor complexidade, como ocorre para servidores de mesmo nível em outros órgãos. Muito pelo contrário, estes estão na vanguarda do indigenismo brasileiro, atuando nas Frentes de Proteção e trazendo os elementos que pautam as políticas públicas sobre o tema.

Do mesmo modo, nós, Agentes em Indigenismo, há 12 (doze) anos temos ocupado as fileiras dianteiras na Funai, atuando em diversas áreas, de igual complexidade, ombro a ombro com Indigenistas Especializados, Auxiliares em Indigenismo e todos os demais cargos existentes na Fundação Nacional dos Povos Indígenas. Estamos nas Frentes de Proteção, atuando igualmente com Auxiliares e Especializados, nas Coordenações Regionais, CTLs e na Sede em Brasília, contribuindo para pautar a política indigenista com toda a complexidade e responsabilidade que os principais protagonistas, os povos indígenas, merecem.

Quando se adentra uma Coordenação Regional, Frente de Proteção, CTL ou até mesmo na Sede, não sabemos quem ocupa qual cargo, Auxiliar, Agente ou Especializado, todos atuamos nas mesmas pautas de igual forma e apresentando produtos iguais. Isto não se trata tão somente de uma peculiaridade do nosso cargo, mas de uma peculiaridade do nosso Órgão.

No ímpeto de se fazer cumprir a missão institucional de nossa instituição, ao longo de mais de 10 (dez) anos nós temos encarado com

responsabilidade e compromisso as tarefas diárias, construção de planos de trabalho, execução da política indigenista como um todo a fim de que pudéssemos atender os Povos Indígenas do Brasil inteiro. Os Agentes em Indigenismo estiveram e estão à frente de setores e sentimos cada vez mais a necessidade na Funai de ampliar os mecanismos e acesso às qualificações com o devido apoio institucional e contrapartidas ao nosso aperfeiçoamento.

Estivemos crescendo dia-a-dia voluntariamente, pelo espírito de colaboração, responsabilidade e muitas vezes de ativismo, em prol desta Funai que há tantos anos tem sofrido desmontes, sido dilapidada e desvalorizada diante da opinião pública por estes e aqueles sujeitos, por opositores e pessoas com interesses mil, que não coadunam com os sujeitos de nossa missão e ameaçam também a nossa própria existência.

Esta mesma Funai precisa se valorizar e valorizar os seus servidores, para assim poder valorizar aqueles a quem servimos, os povos indígenas, pois este é o corpo que irá ajudar na reconstrução da mesma nesse ciclo que se inicia. Por isso, nós, Agentes, queremos antes de qualquer coisa melhorar a proposta de PCI ora apresentada, não a dilapidando como fazem com nossa Funai, mas sim lapidando-a, para que assim ela atenda aos anseios de todos.

Esta contribuição tem como intuito somar; fazer este plano plural e melhor. Necessitamos de uma Proposta de PCI que no futuro seja capaz de evitar cisões, fomentar o acesso e permanência em nossas carreiras e contemplar as especificidades deste órgão tão singular.

O que propomos:

Primeiramente, abertura de canais de diálogo eficientes para que o Plano de Carreira tenha ampla discussão e divulgação. Que sejam realizadas reuniões e assembleias com ampla participação de servidores e representantes de diversas regiões e unidades para opinarem e se consultarem, abrindo espaço e prazo para o envio de propostas que deverão ser avaliadas e justificadamente incorporadas ou descartadas. E se esse processo não for possível que seja esclarecido a nós e a todos servidores os motivos da ausência de grandes assembleias que envolvam a todos. Importante, de qualquer forma, que seja feita uma chamada com ampla divulgação a todos para apresentação da versão que será encaminhada com margem a inclusão e esclarecimentos.

Que tais assembleias e reuniões sejam feitas de forma regionalizada e que as unidades sejam contempladas com o prazo acima referido para que opinem de maneira coletiva, organizados em carreira ou por Regionais e Frentes, pois uma decisão tão grande como essa não pode e nem deve ser feita a toque de caixa, nem recair sobre grupo diminuto, sem tempo para contribuições plurais, já que a mesma vai definir o futuro das carreiras de todos os servidores deste órgão.

Vale a ressalva: aqui não tratamos da avaliação quanto ao cumprimento, ou não, dos trâmites legais, mas sim que dada a nossa pluralidade,

capilaridade e dificuldade de contato, por estar nas cercanias mais distantes desse país, não pudemos participar deste processo e nos apropriar do mesmo democraticamente.

Que a paridade salarial presente no concurso de 2010 seja mantida, pois ela é uma representação da paridade de atribuições, complexidades e responsabilidades que temos dentro deste órgão.

A paridade salarial que beirava a casa de 20% entre os cargos de Auxiliar para Agente e de Agente para Especializado foi, inclusive, fator preponderante na escolha do cargo a se concorrer no concurso, já que muitos Auxiliares e Agentes já possuíam formação acadêmica a época, mas por não vislumbrar uma diferença salarial tão grande optaram, por esse ou aquele motivo, por um cargo diferente do de nível superior.

Se fosse notória a disparidade salarial apresentada na atual proposta de PCI à época do concurso, isso poderia ter levado a escolhas diferentes. Essa disparidade salarial dentro do órgão surgir 12 (doze) anos depois chega a tolher dos concorrentes daquele concurso a possibilidade de uma escolha justa.

Sugerimos que os cálculos de impacto financeiro sejam revistos. Ressaltamos que o impacto financeiro no orçamento da União é mínimo, uma vez que hoje o efetivo de Agentes em Indigenismo é de apenas 132 (cento e trinta e dois) servidores e o efetivo de Auxiliares em Indigenismo é de 84 (oitenta e quatro) servidores.

Que seja reconhecida a especificidade da Funai em não haver grandes diferenciações de atribuições e atividades práticas em cada cargo, que as atividades que vimos desempenhando ao longo dos anos sejam reconhecidas pelo órgão e colegas por sua complexidade, responsabilidade e qualidades únicas, diferentes daqueles de mesmos níveis de outros órgãos, tornando impossível determinar qual o cargo que um de nossos servidores possui somente ao analisar os mais variados produtos resultantes de seu trabalho.

Que nos próximos concursos o cargo de Agente em Indigenismo possua a exigência da obrigatoriedade de se possuir o nível superior, de forma a atender às complexas demandas existentes em nosso dia a dia da Funai.

Que sejamos ouvidos, tenhamos uma representação que dialogue conosco e conheça nossos anseios e que as entidades que se colocam como representativas não se pasmem ao descobrir que o caminho que foi escolhido por eles não coaduna com o caminho desejado por aqueles que eles dizem também representar – o que se traduz no caso do GT em comunicação constante com sua base de servidores, realizando informes, reuniões online amplamente divulgadas, etc.

Hoje a Funai tem sua representação pulverizada por muitas siglas: Ansef, INA, Sindsep-DF, Condsef-DF e Uniinds. Esta situação só ocorre em razão de grande parte dos servidores não se sentirem representados por estas

atuações, procurando e formando outras. É necessário que tais instâncias de representatividade se façam mais presentes nas pontas, visitando, observando e prezando por uma composição plural e diversificada, com servidores de todos os contextos possíveis em sua formatação.

Que os demais cargos da Funai, aqueles que ingressaram no órgão antes do concurso de 2010, também sejam agraciados democraticamente, tendo seus anseios atendidos e que sejam igualmente ouvidos e representados, pois dentre eles, há aqueles que até hoje não se aposentaram no aguardo do tão esperado Plano de Carreira.

Que se tenha em vista o futuro da Funai e a sabida necessidade de recomposição do seu quadro de pessoal, hoje esfacelado. O PCI é uma necessidade e sabemos que, para quem irá realizar um concurso, a questão salarial é também decisória. Possuir uma proposta sedutora é fundamental para conseguir trazer para a Funai servidores com o perfil multidisciplinar desejado e necessário para as implementações das atividades do órgão, que vão desde simples questões burocráticas até questões de sobrevivência de grupos isolados ou balizar elementos que vão fundamentar políticas públicas específicas e inclusivas.

Que nós Agentes que aqui nos apresentamos, enquanto não nos vemos representados adequadamente por nenhum órgão de classe, sejamos consultados através de comissão por nós indicada para este fim, comissão essa que se coloca à disposição para discutir o tema, com a urgência que se requerer.

Ressaltamos que:

O edital FUNAI 01/2010 já vislumbrava o cargo de Agente em Indigenismo (e também Auxiliares) de maneira fática não possuindo grandes diferenciações do cargo de nível superior já que trazia diferença proporcional nos vencimentos dos cargos:

1. Apesar de ser um cargo de nível médio, necessita de habilidades não comuns ou presentes em outros cargos de mesmo nível de escolaridade em outros órgãos.
2. No decorrer dos últimos 12 (doze) anos, foi adquirido notório saber pelos ocupantes do cargo supracitado e, mais do que isso, de acordo com a paridade prevista no edital, as atividades e atribuições do cargo têm sido indistintas e tantas vezes mescla-se com aquelas de cargo de nível superior.

Consideramos que atribuir uma diferenciação salarial maior do que a prevista em edital aos cargos cujas atribuições, no mesmo edital, são genéricas e deveras semelhantes, utilizando-se ainda o PCI como o instrumento dessa alteração, é um retrocesso capaz de esvaziar ainda mais o órgão, indo na

contramão do que todos desejamos, que é a recomposição de nossos quadros de servidores.

Servidores ocupantes dos cargos deixados à margem dessa valorização funcional continuarão com as mesmas atribuições sem a devida valorização ou passarão a limitar-se a novas atividades menos complexas do que as desempenhadas atualmente, ainda que se trate a Funai de órgão em que a escassez de servidores é algo tão notório.

É conhecido que a Funai opera hoje com menos de 30% da mão-de-obra necessária para que suas funções e missão institucional sejam levadas ao efetivo cumprimento. Limitar as atividades de Agentes em Indigenismo à área meio é simplesmente esvaziar a área fim. A retirada dos Agentes em Indigenismo que ocupam a área fim atualmente e a limitação de suas capacidades laborativas pelo Plano de Carreira à área meio pode ter consequências catastróficas.

Cabe aqui, inclusive, destacar um exemplo prático do que uma alteração deste nível é capaz de fazer: se essa diferenciação e limitação de atividades existisse desde sempre, segregando as funções, não permitindo que os servidores da Funai seguissem seu fluxo natural e orgânico de aquisição de expertise nos mais diversos saberes, o indigenista Bruno Pereira jamais poderia ter desempenhado as funções que desempenhou, ter feito o que fez, ter conquistado o que conquistou, sequer ser considerado um dos maiores especialistas em indígenas isolados e de recente contato que esse país possuía, pois ele era apenas um Agente em Indigenismo. Este indigenista e ativista seria limitado por seu cargo a atividades de nível médio, sem a especificidade e complexidade que a Funai lhe exigiu durante toda a sua carreira. A carreira e obras de Bruno devem ser valorizadas, mas também acreditamos ser importante valorizar o cargo que ocupava, que neste órgão tão específico lhe permitiu crescer e se tornar a personalidade que foi e o símbolo que é.

O que desejamos hoje é união para que a proposta de Plano de Carreira saia inteira e não pela metade, assim como é o nosso desejo também para a própria Funai. Devemos lutar para que os primeiros a valorizar e reconhecer a importância do trabalho de todos os servidores da Funai sejamos nós mesmos, trabalhando para enriquecer nosso órgão e a auto estima do servidor federal, tão atacada no último governo. Tão somente assim seremos capazes de valorizar e aperfeiçoar a política indigenista brasileira como um todo.

Dito isto, assinamos, clamamos por diálogo e nos colocamos imediatamente à disposição para contribuir com nosso órgão.

ANEXO I

PROPOSTA

Tabela de remuneração para o nível intermediário

Os valores iniciais e finais foram calculados considerando a paridade de porcentagem nos valores de remuneração presentes no edital 01/2010, visando manter a isonomia e a paridade percentual nos salários. Calculado a partir da tabela fornecida pelo PCC, para se chegar aos números iniciais e finais de cada carreira, foi adotado como parâmetro os valores constantes no processo 08620.010842/2022-06 (4727021).

CLASSE	PADRÃO	VB	GDAIN		ATIVO	
			80 pts.	100 pts.	80 pts.	100 pts.
		AI	B	C	D	E
ESPECIAL	III	8020,30	4038,98	5048,73	12059,28	13069,03
	II	7893,99	3929,47	4911,84	11823,46	12805,83
	I	7769,68	3822,55	4778,19	11592,23	12547,87
B	V	7587,58	3606,12	4507,65	11193,70	12095,23
	IV	7400,35	3508,27	4385,34	10908,62	11785,69
	III	7218,44	3412,37	4265,46	10630,81	11483,90
	II	7041,01	3319,70	4149,63	10360,71	11190,64
	I	6868,61	3228,98	4036,23	10097,59	10904,84
A	V	6700,43	3046,25	3807,81	9746,67	10508,24
	IV	6536,37	2963,30	3704,13	9499,67	10240,50
	III	6384,41	2882,95	3603,69	9267,36	9988,10
	II	6227,48	2804,54	3505,68	9032,03	9733,16
	I	6075,00	2728,73	3410,91	8803,73	9485,91

Para os cálculos com 80 pontos foi realizado cálculo considerando 100 pontos como sendo 100% dos proventos, 80 pontos sendo 80% dos proventos previsto para 100% dos proventos.

Considerando que o quadro efetivo de servidores ocupantes do cargo de Agente em Indigenismo representa número de 132 (cento e trinta e dois), e que a remuneração individual é em média R\$ 7.833,33 (sete mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), desta forma os 132 (cento e trinta e dois) têm uma remuneração de R\$ 1.033.999,56 (um milhão trinta e três mil novecentos e noventa e nove reais e cinquenta e seis centavos) mensais, e que pela remuneração revisitada na tabela acima, os 132 (cento e trinta e dois) Agentes em Indigenismo caso recebessem o valor máximo da categoria, haveria remuneração mensal de R\$ 1.725.111,96 (um milhão setecentos e vinte e cinco mil cento e onze reais e noventa e seis centavos), sendo assim o impacto financeiro previsto é de R\$ 691.112,40 (seiscentos e noventa e um mil cento e doze reais e quarenta centavos).

Considerando que conforme apresentado em proposta anterior dos ocupantes do cargo de Auxiliar em Indigenismo, teriam um o impacto financeiro previsto de R\$ 377.863,08 (trezentos e setenta e sete mil oitocentos e sessenta e três reais e oito centavos). O impacto total previsto no orçamento seria de R\$ 1.068.975,48 (um milhão sessenta e oito mil novecentos e setenta e cinco reais e quarenta e oito centavos) mensais.

ANEXO II

COMISSÃO

- Daianne Veras Pereira Cargo: Agente em Indigenismo, Matrícula: 1846198, e-mail: daianne.pereira@funai.gov.br, Lotação: FPE-AWA;
- Elton Fernandes Alzão, Agente em Indigenismo, e-mail: elton.alzao@funai.gov.br, 95 981224482, CR GPV;
- Gustavo Gomes Sanches Nunes dos Santos, Agente em Indigenismo, Mat 1925684, gustavo.gsns@gmail.com, CR Xavante - Barra do Garças/MT;
- Lilian Felix Borges, Agente em Indigenismo, Mat. 1921630, lilian.borges@funai.gov.br, CTL Natal/CR NE II;
- Luciana Haucke Porta, luciana.porta@funai.gov.br, Sedisc/ CR-LIS;
- Manoel Domingos de Lira Neto, Agente em Indigenismo, Matrícula 1818697, manoel.lira@funai.gov.br, CR João Pessoa/PB;
- Mateus Henrique Araújo Silveira, Agente em Indigenismo, CR MGES mateus.silveira@funai.gov.br;
- Pablo Matos Camargo, Agente em Indigenismo, pablo.camargo@funai.gov.br, CR MGES;
- Raimon Raimere dos Santos Mota, Mat. 1816061, raimon.mota@funai.gov.br, CR-MA;
- Raimundo Hermogenes do Nascimento Neto, Mat. 1929783, raimundo.nascimento@funai.gov.br, CTL Ilhéus/BA;
- Tábata Morelo Vianna, Agente em Indigenismo, mat. 1929986, tamorelo@gmail.com, CR Sul da Bahia - Porto Seguro BA;
- William Nunes da Silva Junior, Mat. 1845717, william.junior@funai.gov.br, CTL José Boiteux/SC;
- William Perez, Agente em Indigenismo, e-mail: william.perez@funai.gov.br, 49 999078488, CR INTS.